

19 de novembro de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

GERDAU PLANEJA APORTE BILIONÁRIO EM MINAS GERAIS EM 2020

Dos cerca de R\$ 3,5 bilhões previstos pela Gerdau em investimentos nas operações em Minas Gerais dentro do plano de aportes para o triênio 2019-2021, grande parte será realizada no ano que vem.

As inversões preveem projetos de mineração e obras de manutenção na usina de Ouro Branco, na região Central – a maior do grupo gaúcho –, incluindo a reforma do alto-forno 1 da planta siderúrgica.

A informação é do diretor-executivo de Mineração e Matérias-Primas da Gerdau, Wendel Gomes da Silva. Segundo ele, o plano como um todo prevê R\$ 7,1 bilhões nas operações globais da companhia até 2021. Somente neste exercício, considerando os nove primeiros meses do ano, a siderúrgica já destinou R\$ 1,3 bilhão para as operações, principalmente dedicados à manutenção das unidades.

“Somente em Minas, neste ano, destinamos aportes de R\$ 168 milhões apenas à parada programada do alto-forno 1 da usina Ouro Branco, concluída em setembro. Porém, o equipamento já está atingindo o limite de sua vida útil e, para o ano que vem, está prevista a reforma completa do equipamento, sob investimentos consideráveis, além de intervenções na coqueria”, comentou.

O alto-forno já tem mais de 20 anos de operação e a capacidade instalada do equipamento é de 3 milhões de toneladas por ano. Na época da divulgação do plano global de investimentos, a companhia informou que há uma série de iniciativas referente à parada programa de modernização da usina que ocorrerá em 2022. Já neste ano, ocorreu a parada por 60 dias no alto-forno 1 e, em 2020 e 2021, estão previstas reformas graduais. Já o abastecimento dos clientes será assegurado pela formação de estoques estratégicos.

No entanto, conforme Silva, a prioridade para o próximo exercício serão os investimentos em mineração. Com o licenciamento ambiental em andamento e projetos de engenharia avançados, a empresa pretende realizar atividade de lavra a céu aberto – minério de ferro, em Itabirito. Caso o empreendimento seja aprovado, a Gerdau irá ampliar a sua operação em Várzea Lopes, em áreas de sua propriedade, localizadas em Serra da Serrinhas, em Itabirito. A localidade está aproximadamente a 50 quilômetros da usina de Ouro Branco.

Processamento a seco – O objetivo é atender a futura demanda de minério de ferro da usina. O empreendimento não terá barragens de rejeitos, pois utilizará processamento a seco. “O projeto está bastante avançado e somente o processamento de empilhamento a seco demandará aportes da ordem de R\$ 170 milhões”, disse.

Outra intervenção prevista para o ano que vem diz respeito à adequação do método construtivo da barragem dos Alemães, erguida no modelo a montante, e com 2,5 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Além disso, a empresa desativou a barragem Bocaina em 2011. Ambas ficam em Ouro Preto.

“A decisão já está tomada e não faremos mais barragens de alteamento. Nosso processo, daqui para frente, será de empilhamento a seco”, garantiu. A adequação da barragem custará outros cerca de R\$ 70 milhões para a empresa no ano que vem.

Além disso, o diretor não descartou a possibilidade da criação de mais uma linha de laminação para produzir bobinas a quente (BQ) na usina mineira visando a atender a demanda de aço no Brasil, a partir da retomada econômica do País.

Fonte: Diário do Comércio

Autora: Mara Bianchetti

Data: 07/11/2019



PRODUÇÃO GLOBAL DE MINÉRIO DE FERRO DEVE CRESCER MODESTAMENTE NOS PRÓXIMOS ANOS

A produção global de minério de ferro crescerá para 3.119 milhões de toneladas até 2028, ante 2.850 milhões em 2019, segundo pesquisa da Fitch Solutions Macro Research divulgada nesta segunda-feira (11)

Os números representam um crescimento médio anual de 0,5% durante 2019-2028, que é uma desaceleração significativa em relação a um crescimento médio de 2,9% durante 2009-2018, afirma o documento.

O crescimento da oferta seria impulsionado principalmente pela Índia e pelo Brasil, onde a Vale deve expandir a produção de suas operações. Por outro lado, as mineradoras na China, que operam na extremidade superior da curva de custo do minério de ferro, serão forçadas a reduzir a produção devido à queda nos graus de minério.

O crescimento da produção de minério de ferro da Índia será apoiado pela remoção dos impostos de exportação anunciados no Orçamento da União para minérios de baixo teor e pela Lei de Minas e Minerais, Desenvolvimento e Regulamentação do país, que simplificará o licenciamento e reabrirá operações fechadas.

Embora a Lei MMDR apoie o crescimento da produção de minério, os royalties incluídos na legislação limitaram o potencial de crescimento geral do setor. Como parte do Orçamento da União da Índia para 2016, os direitos de exportação de granulados e finos de minério de ferro com teor de ferro abaixo de 58% foram reduzidos de 30% e 10%, respectivamente, para zero.

Essa redução visava aumentar os embarques de Goa, onde a Suprema Corte suspendeu uma proibição anterior de mineração de minério de ferro. No entanto, a decisão do tribunal superior da Índia

de cancelar todas as licenças de minério de ferro em Goa em fevereiro de 2018 provavelmente deve reduzir a produção desse estado este ano.

"Como resultado, prevemos que a produção de minério de ferro da Índia cresça para 241 milhões de toneladas em 2028, de 230 milhões em 2019. Isso representa um crescimento médio anual de 2% durante o período 2019-2028, superior ao crescimento de 0,9% observado no período homólogo, 2009-2018", afirma o relatório.

Em termos de demanda por minério, a China liderará a desaceleração global a longo prazo, embora, no curto prazo a demanda seja impulsionada pelo apoio renovado do governo à economia, após a reescalada da guerra comercial com os EUA.

A longo prazo, as importações de minério de ferro da China desacelerarão, com o crescimento econômico do país mudando seu foco da indústria pesada para os serviços. A demanda doméstica chinesa de aço deve diminuir a partir de 2020, à medida que os projetos de construção e infraestrutura diminuirão com a flexibilização do apoio fiscal do governo. Isso levará a uma diminuição dos preços do aço e, conseqüentemente, da produção, afirmou o relatório.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 11/11/2019



ENTIDADES E MINERADORAS DEBATEM SITUAÇÃO DO SETOR COM GOVERNO FEDERAL E ANM

Organizações setoriais da mineração, mineradoras, dirigentes da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do governo federal debateram na manhã desta 6ª feira (8/11), em Brasília (DF), os temas sensíveis relacionados à indústria da mineração, entre os quais, as propostas legislativas que propõem alterações na tributação, o cenário da pesquisa geológica, a nova estrutura da ANM e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Mais de 40 executivos do setor mineral participaram do segundo encontro do Fórum de Entidades da Cadeia Produtiva da Mineração, no escritório do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), em Brasília. O primeiro encontro foi organizado na EXPOSIBRAM 2019, em Belo Horizonte (MG).

Na abertura da reunião, os participantes debateram a contextualização do cenário político. A Proposta de Emenda Constitucional 42, que trata de modificações na Lei Kandir, foi um dos temas. A indústria da mineração considera que será extremamente prejudicial aos setores exportadores, entre eles, o da mineração, se o ICMS voltar a incidir sobre os produtos destinados à exportação. Há simulações que indicam que o Brasil poderá perder cerca de 10% em volume de produtos exportados, com impacto direto, portanto, na balança comercial, na geração de empregos e renda.

Na visão do IBRAM, qualquer proposta relacionada à tributação do setor mineral deveria ser discutida no âmbito da reforma tributária. "Mexer pontualmente na tributação, como se pretende, afeta a segurança jurídica e, portanto, afugenta investidores e inibe a expansão de empreendimentos produtivos", afirmou Flávio Penido, diretor-presidente do IBRAM, anfitrião do encontro. Além dele, participaram os diretores do IBRAM Rinaldo Mancin, Alexandre Mello e Paulo Henrique Soares, além da equipe técnica, consultores do Instituto e representantes de mineradoras associadas.

Frederico Bedran Oliveira, diretor na Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia, representou o titular da Secretaria, Alexandre Vidigal.

Esteves Colnago, presidente da CPRM, fez apresentação sobre os novos projetos da autarquia. Ele abordou a geologia marinha em uma imensa área de 4,8 milhões de km², cinco novos projetos de P&D junto a Petrobras e outros na área de agrominerais com a Embrapa, com objetivo de viabilizar reservas de pequeno porte para pequenas mineradoras com foco na exploração de fósforo e potássio.

A última parte da reunião foi marcada pela apresentação da ANM. O diretor, Tasso Mendonça Jr., e demais integrantes da Agência abordaram a atuação regulatória para o biênio 2020-2021. Além disso, apresentaram as iniciativas voltadas à transformação digital da ANM. Essas ações proporcionarão economia de R\$ 8 milhões anuais, relataram.

Estiveram também representadas no Fórum: ABAL; ABIAPE; ABIMAQ; ABPM; ABRAMP; ABPM/EDEM; ABREMI; ADIMB; ANEPAC; ASEM; ASEN-DF; CBRR; GEOS; IBGM; MINERONEGÓCIO; SNIC.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 08/11/2019



MME PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 80 BILHÕES ATÉ 2022 EM BALANÇO DO SETOR

O Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou, na segunda-feira (11), um balanço sobre as atividades da Pasta no setor mineral durante os primeiros 300 dias do governo. De acordo com o comunicado, o ministério prevê um investimento de R\$ 80 bilhões na mineração nos próximos três anos e destaca ações relacionadas à segurança das barragens, aos leilões e à política do setor mineral como um todo

Segundo o MME, até 2022, estima-se a realização de investimentos de R\$ 80 bilhões no setor mineral, já que a mineração, junto ao setor energético, que terá aporte financeiro de R\$ 1,8 trilhão nos próximos dez anos, são responsáveis pela maior arrecadação de recursos para a União, depois da Receita Federal. "Não custa lembrar que os setores de energia e mineração representam expressiva participação no PIB brasileiro", afirma a Pasta.

A nota afirma que o governo e o ano de 2019 começaram demandando respostas sobre segurança de barragens. Até setembro deste ano, foram fiscalizadas 221 barragens de rejeitos e já se trabalha com um cronograma de descomissionamento de instalações e barragens, com duração até 2027, segundo o MME.

"Existem, atualmente, 423 barragens de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança (PNS), 13% das quais foram interditas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Além disso, o MME instituiu, em 27 de agosto último, o Comitê Técnico de Segurança de Barragens e Rejeitos de Mineração, de caráter permanente, com a finalidade de supervisionar as ações relativas à estabilidade e à segurança de barragens de rejeitos de mineração, em consonância com a PNS", declara o órgão em um trecho da nota.

O MME declara que, nesse contexto, tem atuado, enquanto órgão supervisor, desde o começo do ano de "forma consistente" para o fortalecimento institucional da ANM, "visando ao aumento de sua capacidade de regulação e fiscalização, inclusive por meio do reforço de seu quadro de pessoal, mas,

também, zelando pela disponibilidade orçamentária e financeira para fiscalização de barragens, num contexto econômico de grandes restrições fiscais".

Leilão

Além das atividades relativas à segurança de barragens, o MME afirma que passou a priorizar também a realização de leilões no setor mineral. Foi realizado, no dia 21 de outubro, pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o leilão de exploração dos direitos minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis.

"Esse leilão representa um marco para o setor mineral brasileiro, por se tratar de processo inédito de venda de ativos minerários de áreas que estão há cerca de 40 anos estagnadas, sem gerar receitas para a União e com um grande potencial a ser explorado. Com o certame, introduz-se o modelo em que o Governo oferta ao mercado o direito de exploração de áreas dotadas de título minerário e conhecimento geológico, servindo de modelo para outros 29 blocos da carteira do CPRM", disse em outro trecho do comunicado.

No caso de Palmeirópolis, cujo potencial de exploração concentra-se em zinco, cobre e chumbo, foram oferecidos R\$ 15 milhões em bônus e 1,71% em royalties sobre a receita bruta, na fase de produção. No que se refere a investimentos, estima-se mais de R\$ 255 milhões, ao longo de 10 anos, com a geração de 2.500 empregos, conforme dados do ministério.

O MME destaca ainda que já trabalha junto ao CPRM na estruturação de leilões de direitos minerários relativos a Caulim do Rio Capim, no Pará, carvão de Candiota, no Rio Grande do Sul, fosfato, em Miriri, em Pernambuco, e cobre e ouro, em Bom Jardim, no Estado de Goiás. Com a ANM, por sua vez, o MME também vem envidando esforços para estruturar leilão eletrônico do direito de propriedade para requisição de áreas, considerando um bloco piloto de 1.000 áreas em disponibilidade, nas cinco regiões do país.

Lavra garimpeira

No que tange à política de atribuir maior eficiência aos processos relativos à lavra minerária, o MME instituiu, em agosto deste ano, um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de simplificação do regime de outorga da lavra garimpeira, considerando os milhares de relatórios finais de pesquisa apresentados como positivos pelas empresas aguardando análise da ANM. Por fim, o MME também tem dedicado especial empenho para fomentar a produção de minérios nucleares e a de nióbio.

"No caso dos minérios nucleares, o esforço do MME passa pelo apoio e supervisão das atividades desempenhadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa pública vinculada ao MME desde o início do Governo. Trabalha-se para retomar a produção da planta de Caetité, na Bahia, já em 2020, e para viabilizar o início da produção do projeto de Santa Quitéria, no Ceará, em 2024", afirma.

Com relação ao nióbio, trata-se de mineral utilizado na produção de liga de ferronióbio, produto aplicado em aços microligados e aços inoxidáveis usados por diferentes segmentos da indústria, como a automobilística, a de linha branca, a de construção civil, assim como a de óleo e gás.

"O Brasil é o principal produtor mundial de minério de nióbio e detém 95% das reservas conhecidas. Desde o início do ano, o MME tem proporcionado a reflexão participativa sobre a melhor forma de aproveitamento desse minério", declara.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 12/11/2019

COM FOCO NA SEGURANÇA, PROJETO DE LEI PROPÕE REGRAS MAIS RÍGIDAS PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL

Entre as mudanças sugeridas, o PL 643/2019 estabelece que os crimes ambientais realizados durante a mineração sejam imprescritíveis

Em tramitação no Senado Federal, o Projeto de Lei 643/2019 propõe novas regras de fiscalização para a atividade de mineração no País. De autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), o PL prevê punições mais rígidas para as empresas que não cumprirem as condições previstas na legislação. O texto também aborda questões relacionadas à segurança dos trabalhadores que atuam no setor, além de aspectos ligados à preservação ambiental.

Veneziano Vital do Rêgo defende que os responsáveis pelas mineradoras não se sentem intimidados com as punições previstas na legislação atual. Dessa forma, a atividade mineral é realizada em locais de risco e expõe os trabalhadores a situações perigosas.

“A legislação é muito branda. Isso é notado, principalmente, quando os responsáveis são identificados e sofrem sanções que não os punem a ponto de acharem que estão sendo penalizados. Não corrijam seus atos”, defende o parlamentar.

De acordo com o projeto, não serão concedidas autorizações para a exploração em jazidas minerais às empresas que não apresentarem documentos relativos à segurança das instalações do local, segurança, saúde e higiene dos trabalhadores, além da preservação e proteção do meio ambiente.

O objetivo é aumentar a fiscalização para que tragédias, como as que ocorreram em Mariana e Brumadinho, não se repitam. Em 2015, o rompimento da barragem do “Fundão”, em Mariana, que continha rejeitos oriundos da extração do minério de ferro, deixou 19 mortos e graves consequências ambientais. Em janeiro deste ano, o rompimento da barragem de Brumadinho matou 249 pessoas. Outras 19 vítimas seguem desaparecidas.

A advogada especialista em direito ambiental Renata Vilarinho explica que esses dois acidentes geraram um alerta, aumentando o monitoramento das barragens de resíduos minerais. Ela aponta que as estruturas dos locais são, em sua maioria, antigas e precisam de manutenção para continuar em funcionamento sem oferecer riscos.

“Nós começamos após esses dois acidentes, que marcaram uma nova era tanto na regulamentação, quanto no monitoramento das barragens. As estruturas das barragens são projetos das décadas de 1970 e de 1980, que precisam de manutenção como qualquer grande obra”, explica Renata.

Fiscalização

De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), até agosto deste ano, foram aprovados 4.933 alvarás para a realização de exploração mineral no País. Nesse mesmo período, estavam previstas vistorias em 425 barragens de rejeitos minerais. Dessas, 186 foram vistoriadas, o que representa 43,7% do total. Dessa forma, 56,3% dos locais não foram inspecionados.

A agência revela também que das 425 represas de rejeitos minerais que serão vistoriadas pelo órgão, nove (2,1%) apresentam alto risco de rompimento. Além disso, 60 barragens (14,1%) estão classificadas com risco médio. A grande maioria, 356 (83,7%), no entanto, apresenta baixo risco de ruptura.



Renata Vilarinho defende que o objetivo do PL é tornar a legislação mais rígida para que as mineradoras e seus funcionários possam atuar de maneira segura. “Essa fiscalização, de fato, não era feita. Percebemos que hoje existe uma movimentação dos órgãos para exercerem o poder de polícia. É um dever desses órgãos fazer a fiscalização”, explica a especialista.

Principais pontos do PL

De acordo com o Projeto de Lei 643/2019, as mineradoras que não atenderem às exigências impostas ficam impedidas de participar de programas de refinanciamento de multas, aplicadas em decorrência do não cumprimento das leis.

“Muitas vezes, essas multas são extremamente convidativas porque sugerem o adimplemento da primeira parcela e deixam as demais em aberto, na expectativa de que o governo federal proponha Refis”, defende Veneziano Vital do Rêgo.

Outra mudança proposta pelo PL é tornar os crimes ambientais cometidos durante a exploração mineral imprescritíveis, ou seja, sem prazo para vencimento.

O projeto também estabelece que as mineradoras enviem relatórios sobre as condições das instalações no local onde as atividades são realizadas. A Agência Nacional de Mineração será responsável por analisar os documentos. Se forem notificadas, as companhias terão um prazo de 30 dias para se regularizarem.

A proposta está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado sob à relatoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP).

Fonte: Agência do Rádio

Autora: Paulo Henrique

Data: 14/11/2019

SGM ASSINA CONTRATO COM IPEA PARA MAPEAR O SETOR MINERAL BRASILEIRO

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME) contrata o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para mapear e apresentar um diagnóstico do setor mineral brasileiro. O Termo de Execução Descentralizada (TED) foi assinado nesta terça-feira, 12, pelo secretário Alexandre Vidigal de Oliveira e o presidente do Ipea, Carlos Von Doellinger, no Rio de Janeiro, com o objetivo de qualificar as informações que estão disponíveis, produzir indicadores e analisar o cenário agregado do setor, apontando potenciais econômicos e desafios.

Alexandre Vidigal explicou que a contratação do estudo se deve a uma dificuldade da Secretaria em obter dados precisos do setor. Segundo o secretário, as atividades desenvolvidas pela SGM carecem de inúmeras informações e análises técnicas, entretanto, ambas, quando existentes encontram-se dispersas e são feitas com bases de dados nas quais se desconhecem os critérios e metodologias aplicadas, o que dificulta a comparação. Vidigal disse ainda que o País necessita de informações mais recentes e profundas tanto sobre a oferta e demanda do setor mineral, quanto de seus limites e potencialidades econômicas. “O estudo será um divisor de águas, a partir desse diagnóstico teremos dados consistentes e, com isso, informações mais seguras para fazer política pública para o setor”, finalizou.

O Termo de Execução Descentralizada será realizado em três frentes de trabalho. Na primeira será feito um mapeamento, tratamento e análise da qualidade das informações sobre o setor. Na segunda, estudos sobre temas específicos da economia mineral, realizando estudos trimestrais sobre mercados e cadeias de valor, com foco na conjuntura setorial e nas perspectivas econômicas e tecnológicas para sua exploração. E a terceira, a construção da arquitetura de um observatório online da economia mineral brasileira, com o objetivo de produzir um manual identificando as instituições atuantes do setor, as principais fontes de dados e metodologias para a construção de indicadores de desempenho setorial. O contrato tem duração de aproximadamente dois anos e meio.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 13/11/2019



GRUPO LANÇA PROPOSTA COM NOVOS PADRÕES DE SEGURANÇA PARA BARRAGENS

Documento foi elaborado por pesquisadores contratados pelo ICMM, que representa as maiores mineradoras do mundo

Um grupo de pesquisadores contratados pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), que representa as maiores mineradoras do mundo, divulgou nesta sexta-feira documento com propostas de novos padrões para as empresas construírem e operarem o tipo de barragem de resíduos minerais como a de Brumadinho (MG), que se rompeu no início deste ano matando 270 pessoas.

Se as recomendações do documento forem adotadas por empresas e governos, os padrões recomendados pelo ICMM terão níveis mais rígidos para que as mineradoras projetem e monitorem suas barragens. Os novos padrões exigiriam maior divulgação pública sobre as barragens e proibiriam especificamente qualquer conflito de interesses entre as empresas e os auditores de segurança independentes contratados para inspecionar tais barragens.

As propostas, no entanto, enfrentam muitos obstáculos. A regulamentação de mineração em todo o mundo é uma mistura de leis nacionais e locais. Em muitos lugares, esses padrões são deixados para empresas e órgãos comerciais, cujas “melhores práticas” recomendadas para o setor são difíceis de aplicar e não são apoiadas por lei.

As novas propostas podem ser caras, o que pode fazer com que as mineradoras não as aceitem, a menos que sejam obrigadas a fazê-lo. Também não está claro, nesta fase, quem aplicará e fiscalizará a adoção dos padrões.

“As falhas catastróficas nas barragens de rejeitos devastam o meio ambiente e destroem vidas e meios de subsistência”, disse Bruno Oberle, um acadêmico suíço contratado pelo ICMC e outros para presidir o painel de especialistas que elaborou o documento com as propostas. “Existe uma urgência associada a essa tarefa conforme o primeiro aniversário da tragédia de Brumadinho se aproxima”, disse ele no encaminhamento das propostas.

Entre as propostas do grupo de Oberle, está um esforço para eliminar conflitos de interesses nas mineradoras, com revisores independentes para todos os aspectos do projeto e operação das barragens de rejeitos. Reportagens do “Wall Street Journal” relataram laços estreitos entre a Vale e seu inspetor, a Tüv Süd, sediada na Alemanha.

Uma investigação do jornal constatou que a Vale e seus inspetores estavam cientes das condições perigosas da barragem de resíduos da mina meses antes do colapso, mas que os inspetores, preocupados com a perda de contratos da Vale, certificaram a barragem como segura.

As mineradoras devem “contratar um conselho independente de revisão de rejeitos ou um revisor técnico sênior independente sem conflitos de interesse”, recomenda o relatório.

A revisão dos padrões promove as mais recentes práticas de planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, monitoramento e fechamento de tais barragens, também denominadas barragens de rejeitos, que contêm os resíduos do processo de mineração. Se adotadas, as propostas terão um custo para as mineradoras, inclusive aumentando a quantidade de consultas públicas necessárias ao propor novas barragens. Esse processo pode levar anos.

As alterações dos padrões também exigem que executivos seniores sejam responsabilizados por quaisquer acidentes. No Brasil, a polícia indiciou sete funcionários da Vale e seis funcionários da Tüv Süd por supostamente encobrir perigos estruturais na barragem. Eles também estão investigando o papel dos executivos seniores no caso. A Vale havia dito que os principais executivos da empresa nunca tiveram conhecimento ou receberam qualquer indicação sobre os riscos para a barragem.

Sob os novos padrões, o conselho ou a gerência sênior de uma empresa precisaria aprovar propostas para novas barragens com altas classificações de risco e ajudar a criar medidas para minimizar as consequências de qualquer rompimento.

As algumas mineradoras disseram que se envolveriam com a consulta do documento lançado nesta sexta-feira e que dura até 31 de dezembro.

Fonte: Valor

Data: 15/11/2019

NOVAS EVIDÊNCIAS DE COBRE, GRAFITA E FOSFATO SÃO IDENTIFICADAS PELA CPRM NO CEARÁ E PIAUÍ

Em mais uma apresentação do Serviço Geológico do Brasil durante o 28º Simpósio de Geologia do Nordeste, foram lançados no terceiro dia, 26 produtos dos projetos da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais nos estados do Ceará e Piauí.

No estado do Ceará, o empreendimento ARIM (Área de Relevante Interesse Mineral) Noroeste do Ceará foi realizado pela Residência de Fortaleza. O autor do projeto, o pesquisador em geociências Tercyo Rinaldo Pinéo, explica que foi mapeada uma área de aproximadamente 18.000 km², localizada na porção noroeste do Estado do Ceará.

Os principais recursos minerais estão associados à sequência metavulcanossedimentar da Formação Santa Terezinha do Grupo Martinópole, que hospeda sulfetos de ferro, cobre, chumbo e zinco além de óxidos de ferro e manganês, com destaque para a mina de cobre de Pedra Verde e o Alvo Uruoca.

“Nos últimos anos a região em apreço despertou o interesse de algumas empresas de mineração, sendo que somente no período correspondente ao desenvolvimento deste projeto, 218 processos de pesquisa mineral foram protocolados junto ao DNPM” (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), alegou o pesquisador Tercyo Rinaldo Pinéo.

Este último apresenta ocorrências hidrotermais de ferro e manganês ao longo de zonas de cisalhamento de orientação NE-SW. Já a mina de cobre de Pedra Verde tem feições características de depósitos sedimentares de cobre. Destacam-se também as ocorrências de ferro e cobre no contato do Granito Meruoca com as rochas vulcanossedimentares do Grupo Jaibaras e a mina de ferro de Angostura, caracterizada como do tipo escarnito, associado com a intrusão do Granito Mucambo nos mármores da Formação Frecheirinha do Grupo Ubajara.

A integração e processamento em plataforma SIG dos dados geológicos, geofísicos, metalogenéticos e de geoquímica de prospecção levantados no presente projeto, possibilitou, com base no conceito de sistemas minerais, o desenvolvimento de dois mapas de favorabilidade com destaque para alvos prospectivos de ferro cobre e chumbo, associados à Formação Santa Terezinha do Grupo Martinópole e alvos de Fe e Cu no contato entre os granitos Mucambo e Meruoca com o Grupo Jaibaras e a Formação Frecheirinha. “Os mapas de favorabilidade destacam áreas mais promissoras para a concentração dos minerais metálicos investigados, reduzindo assim os custos e as incertezas inerentes a fase de prospecção”, afirmou o pesquisador.

Já no estado do Piauí, a Residência de Teresina desenvolveu o projeto Integração Geológica e de Recursos Minerais das Faixas Marginais da Borda Norte-Noroeste do Cráton São Francisco, dividindo em duas subáreas: Sub-área Rio Preto e Sub-área Riacho do Pontal.

Na subárea Rio Preto, desenvolvido na região limite entre o sul do estado e o noroeste do estado da Bahia, foi proposto visando o desenvolvimento do conhecimento geológico e das mineralizações presentes na Faixa de Dobramento Rio Preto, que tinha até então poucos trabalhos desenvolvidos na área.

O projeto teve como foco o cadastro de novas ocorrências minerais, notadamente de óxido de manganês e grafita, mas também titânio, cobre, dolomito e ferro, e integração e atualização do conhecimento geológico. “Nesse quesito, teve uma interessante resposta por apresentar cerca de 110 novas ocorrências minerais além da consistência de 40 ocorrências de outros autores. Outro fato

interessante, foi o foco no desenvolvimento do conhecimento sobre como foram formadas as mineralizações da área, destacou o pesquisador em geociências e um dos autores do projeto, Ciro Carvalho.

A área do projeto, de cerca de 21 mil km², é localizada em região com cerca 190 mil habitantes e média de IDH 0,66, sendo pouco desenvolvida. Dessa forma, é interessante o desenvolvimento do conhecimento da área como forma de fomentar e incentivar a pesquisa mineral na região.

Já a subárea Riacho do Pontal, localizada nos estados do Piauí e Pernambuco, foi selecionada por apresentar potencial para mineralizações de ferro, cobre, níquel, cobalto, ouro e manganês. "Esta publicação é o início do preenchimento de uma lacuna existente na área metalogenética dessa porção da Província Borborema", afirmou o pesquisador em Geociências e um dos autores do projeto, José Alberto do Vale.

O projeto teve como foco a atualização das informações geológicas por compilação bibliográfica e mapeamento geológico, cadastro de novas ocorrências minerais e estudos mais específicos nos principais depósitos existentes na área do projeto.

[Clique aqui para acessar os lançamentos dos produtos do Serviço Geológico do Brasil](#)

Fonte: CPRM

Autora: Letícia Peixoto

Data: 18/11/2019



SIGMA APRESENTA ESTUDO DE VIABILIDADE PARA PROJETO DE LÍTIO EM MG

A Sigma apresentou nesta quinta-feira (7) o relatório técnico do estudo de viabilidade (FS, na sigla em inglês) para o projeto de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais

A avaliação foi direcionada para o depósito de Xuxa, que, segundo a empresa, possui reservas minerais provadas e prováveis que totalizam 13,8 Mt com classificação 1,46% Li₂O, além de uma série de outras características que favorecem a exploração.

"A Sigma adotou uma estratégia de desenvolvimento que inclui baixo risco de execução técnica e baixo investimento de capital para o projeto. Como resultado, a Sigma decidiu realizar sua primeira análise de viabilidade exclusivamente no depósito Xuxa", afirmou a companhia.

O relatório técnico foi elaborado pelas empresas de consultorias de mineração Primero Group Americas, SGS Geological Services, Worley Parsons e GE21 Consultoria Mineral.

O FS prevê uma operação de mineração e processamento de 1,5 Mtpa de espodumênio de concentrado de lítio. A usina de Xuxa será movida a hidreletricidade. "A Sigma está comprometida com altos padrões de práticas ambientais em suas operações, utilizando empilhamento a seco e reciclagem de 90% da água utilizada em sua planta de beneficiamento, entre outras iniciativas", afirma a empresa.

Segundo a Sigma, selecionar Xuxa como a primeira mina a entrar em produção constitui uma "estratégia de execução de baixo risco para a companhia". Isto porque o minério da Xuxa pode ser processado com altas recuperações em uma planta de baixo capex com circuitos DMS (Dense Media Separation), sem a necessidade de um circuito de flotação mais complexo. O FS é baseado apenas no atual plano de mineração a céu aberto, sem contemplar um plano de mina subterrânea.

O estudo foi feito levando em conta uma previsão de preço nominal de 2021 de US \$ 650 CIF China para 6% de concentrado de lítio.

Segundo a Sigma, a Roskill, contratada para fornecer uma visão geral do mercado de lítio, apresentou um "estudo abrangente e atualizado do mercado em agosto de 2019, analisando as tendências atuais e futuras, preços de produtos químicos de lítio, como hidróxido de lítio, carbonato de lítio, bem como preços de concentrado de lítio a 6% para produtores de produtos químicos verticalmente integrados e não integrados".

Entre as características que, de acordo com a empresa, favorecem a operação no depósito está a mineralização com grandes cristais de espodumênio, permitindo a produção de um concentrado de lítio grosso "que terá vantagens competitivas comercialmente". "A Sigma produziu com sucesso, de forma contínua, usando a tecnologia DMS, um concentrado de lítio grosso que classifica mais de 6% de óxido de lítio em sua planta piloto no local no Brasil", afirma a companhia.

"Comercialmente, o concentrado grosso de lítio de alta qualidade da Sigma é considerado um produto premium pelos clientes da indústria química, pois permite que os conversores obtenham margens mais altas e eficiências operacionais", salienta o relatório.

"Entende-se que o tamanho grosseiro do concentrado tem o potencial de aumentar as recuperações que podem ser alcançadas no processo de produção de produtos químicos de hidróxido de lítio e carbonato", acrescenta o documento.

Além disso, Xuxa apresenta classe média alta de 1,55% Li₂O com baixos níveis de impurezas alcalinas e de ferro, o que, segundo a empresa, permite "o processamento de minério através de uma planta de menor densidade técnica de separação com menores custos de produção e, ao mesmo tempo, obter resultados de recuperação economicamente positivos".

A economia positiva do estudo de viabilidade, de acordo com a Sigma, fornece uma forte plataforma para a empresa continuar a avaliar e desenvolver suas propriedades minerais de 191 km², que incluem nove minas de lítio e 11 alvos prioritários de exploração.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 08/11/2019



SEIS PROJETOS DO MINING HUB JÁ PODEM ORIGINAR NEGÓCIOS

Seis startups apresentaram na quinta-feira (7) as soluções desenvolvidas ao longo dos últimos quatro meses, no ambiente de inovação Mining Hub, único hub de inovação aberta do setor de mineração no mundo.

Esses projetos poderão, a partir de agora, ser transformados em negócios, tanto no Brasil quanto no exterior. As soluções foram apresentadas em Belo Horizonte, durante o 'DemoDay' (dia de demonstração).

"As startups trabalharam para desenvolver soluções a desafios importantes para a indústria mineral. Foram propostos seis grandes temas de trabalho: eficiência operacional, gestão de água, fonte de energia alternativa, gestão de resíduos e rejeitos, segurança e desenvolvimento social", explicou a diretora executiva do Mining Hub, Cláudia Diniz.

Cláudia Diniz esteve no DemoDay e apresentou o hub da mineração. “Somos um canal de mineração aberta. Nossa proposta é transformar o setor de forma a levar desenvolvimento e inovação para o presente e o futuro da mineração. No primeiro ciclo, finalizado em junho deste ano, tivemos 15 desafios lançados. Mais de 200 startups aplicaram e, ao final, tivemos 10 provas de conceitos concluídas. Já nesta segunda etapa, foram lançados 14 desafios, mais de 300 startups aplicaram para participar. Seis projetos chegaram ao final do ciclo”, afirmou a diretora do Mining Hub.

O presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, disse que a iniciativa do Mining Hub é fundamental para o momento que o setor mineral vivencia.

“Inovação pode ser a base para um futuro mais promissor da mineração nacional e internacional, principalmente quando o assunto é segurança operacional. Precisamos desenvolver novas alternativas, novos processos, novas metodologias. Não podemos ter medo de visitar o novo, sem constrangimento. Precisamos reconhecer os erros. Vamos tirar lições dos acidentes ocorridos recentemente para ter uma oportunidade de fazer melhor”, declarou.

Ele lembrou ainda da importância de aproximar a academia do setor produtivo. “O caminho para um futuro mais promissor é unir os jovens empreendedores, as universidades e a cadeia produtiva. Essa junção será primordial para encontrar soluções fundamentais para resoluções dos desafios que enfrentamos na indústria”, analisou.

No Mining Hub, mesmo que os projetos tenham sido desenvolvidos em conjunto e financiados pelas mineradoras, as startups participantes detêm os direitos de propriedade intelectual. Assim, podem oferecer seus serviços e produtos para outras mineradoras e indústrias de vários setores, no Brasil e no mundo. Conheça abaixo as soluções desenvolvidas e aprovadas nesta segunda etapa realizadas entre as startups e mineradoras madrinhas:

- Startup Altave: desenvolveu um sistema composto por um balão cativo móvel com câmera embarcada e sensores dispostos ao longo do perímetro da mina em pontos críticos de invasão. Os alertas gerados pelos sensores e as imagens provenientes da câmera do balão são exibidos aos operadores na central de monitoramento, gerando ações imediatas em caso de suspeita de intrusão. A solução tem como mineradora-madrinha a Samarco;

- Startup LLK: propôs um novo sistema de detecção de rasgos em correias com baixo tempo de resposta e sem ocorrência de alarmes falsos, denominado Radec Visão para a mineradora-madrinha Vale. Utilizando visão computacional, a solução analisa a distância relativa entre as bordas da correia para detectar a ocorrência de rasgos, mesmo sem queda de material;

- Startup Kluber: Com o uso de inteligência artificial associada a sensores específicos, a startup Kluber monitorou para a mineradora-madrinha Lundin Mine, através de sinais existentes e também de novos sinais, a porcentagem real de bolas internamente no moinho, garantindo melhor produtividade e eficiência, além de evitar danos ao revestimento do moinho;

- Startup Fsee Conexões Estratégicas: A mineradora-madrinha Bahia Mineração e a startup Fsee Conexões Estratégicas desenvolveram a Análise Integrada de Indicadores Sociais, tendo como referência o GRI – Global Reporting Initiative, relacionado à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), vinculado à Bolsa de Valores de São Paulo. A partir desses indicadores foram desenvolvidos questionários com base nas perguntas dos temas sociais do GRI e ISE a serem aplicadas na empresa e também junto aos seus stakeholders. Em paralelo, foi desenvolvida nova funcionalidade do Sistema de Gestão de Stakeholders para captação da percepção desses sobre a atuação social da empresa/projeto. O cruzamento dos resultados obtidos no preenchimento desses dois

questionários (empresa e stakeholder), quando cadastrados no Sistema de Gestão de Stakeholders, apontam os temas sociais que demandam maior esforço da empresa para melhoria da interação social e também os temas aos quais a percepção da comunidade se diferencia do que é feito pela empresa, tanto em uma perspectiva maior ou menor dos stakeholders quanto à interação social real da empresa;

- Startup Kriativar: A startup Kriativar criou uma ferramenta de diálogo e engajamento comunitário, que pudesse engajar a população local com assuntos relacionados à mineradora, representando um canal de escuta mais dinâmico. Foi criado um aplicativo para o usuário poder ver sua localização, enxergar todas as placas da rota de fuga de sua cidade, ver a placa mais próxima de sua localização e descobrir suas missões. A solução foi criada para a mineradora-madrinha Samarco;

- Startup LogPyx : A startup LogPyx desenhou junto com a mineradora-madrinha J.Mendes uma solução para automação de funções de pátio, usando o Revolog Pátio como pilar central. A mineradora tinha o desafio de reduzir o tempo de permanência dos veículos de carga e a fila na entrada da planta de Ferro+. Juntas, trabalharam para vencer este importante desafio.

Fonte: Diário do Comércio

Data:09/11/2019



VALE REDUZ PROJEÇÃO DE PRODUÇÃO DE COBRE E DE VENDAS DE MINÉRIO DE FERRO

A mineradora diminuiu sua expectativa em relação a este ano

A Vale reduziu nesta segunda-feira a projeção para produção de cobre e a projeção de vendas de minério de ferro e pelotas para 2019.

A projeção de produção de cobre passou do intervalo de 407 mil a 417 mil toneladas para 382 mil e 386 mil toneladas. Segundo a empresa, a revisão é em função de parada não programada de manutenção na correia transportadora e do moinho de bola da operação da mina do Sossego, em Carajás, no Pará. A retomada da produção é esperada para meados de dezembro.

A companhia reduziu o patamar mais alto de sua projeção para venda de minério de ferro e pelotas neste ano. Antes, a companhia previa que as vendas ficariam entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas. Agora, a faixa mais alta é de 312 milhões de toneladas, dada a maior visibilidade sobre as vendas previstas para o quarto trimestre que deverá ficar entre 83 milhões e 88 milhões de toneladas.

A empresa disse ainda que, para o primeiro trimestre de 2020 a expectativa é que produção e vendas fiquem entre 70 milhões e 75 milhões de toneladas, “em função da sazonalidade, do retorno gradual e seguro das operações e em linha com a estratégia de margem sobre volume”.

Fonte: Valor

Autora: Raquel Brandão

Data: 11/11/2018



INB ASSINA TERMO PARA MEDIDAS EMERGENCIAIS EM BARRAGEM DE REJEITOS RADIOATIVOS EM MG

Reunião para assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi em reunião nesta sexta-feira (8). Barragem de urânio, tório e rádio fica em Caldas

O presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal (MPF). A assinatura foi em uma reunião na manhã desta sexta-feira (8), na sede da Procuradoria da República em Pouso Alegre (MG).

No acordo, foram propostas medidas emergenciais para efetivar o Plano de Segurança da barragem da empresa na cidade de Caldas (MG). Além disso, foi previsto o Plano de Ação Emergencial. Ambos eram cobrados pelo MPF, que queria a garantia da segurança da barragem.

A reunião teve a participação dos procuradores da República Lucas de Moraes Gualtieri, Gabriela Saraiva Vicente, além do presidente da INB, Carlos Freire Moreira. O acordo tem prazo de dois anos e pode ser prorrogado.

A empresa deve entregar relatórios sobre o andamento das medidas, que têm prazos definidos. A INB alega que, antes da assinatura do TAC, já iniciou ações como o treinamento de equipes, o aprimoramento de sistemas de monitoramento e reuniões com Defesa Civil e autoridades.

A empresa Indústrias Nucleares do Brasil é responsável por uma unidade de minério em Caldas, onde há uma barragem de rejeitos com aproximadamente 2 milhões de metros cúbicos de urânio, tório e rádio. Recentemente, uma obra foi feita para um novo sistema extravasor da barragem.

A obra fez parte de um plano emergencial recomendado pelo MPF após uma consultoria da Universidade de Ouro Preto (Ufop) que constatou infiltrações e riscos de ruptura. Em março, a INB entregou um plano emergencial de segurança.

Além da barragem de rejeitos, a área da INB tem a Barragem de Águas Claras, de tamanho maior. Em caso de rompimento, além de afetar diretamente os moradores da região, as duas barragens atingiriam rios.

No início de 2019, procuradores do Ministério Público Federal visitaram a barragem. Na época, foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para adequar a estrutura à Política Nacional de Segurança das Barragens. No entanto, faltava a INB providenciar mudanças, como a instalação de sirenes e a digitalização, que vai permitir o acompanhamento em tempo real da situação da barragem.

Fonte: G1

Data: 08/11/2019

ANGLOGOLD ASHANTI INVESTE MAIS DE R\$ 400 MI NO BRASIL

O Vice-presidente da mineradora de ouro, Camilo Farace, comanda um investimento de US\$ 120 milhões nas operações em Minas Gerais e Goiás

Com 13 operações em nove países da mineradora sul-africana, qual é a importância do Brasil na atuação da empresa?

A AngloGold produz no Brasil perto de 15,5 toneladas de ouro por ano e, como organização, é a terceira produtora global

Em Minas, onde a AngloGold tem atuação em Caeté, Sabará, Nova Lima e Santa Bárbara, há minas de ouro em todas essas cidades?

Sabará, Caeté e Santa Bárbara são os locais onde a gente tem mina, e, em Nova Lima, concentra-se nossa maior planta metalúrgica do Estado.

A AngloGold tem uma grande tradição em estar atuando em Minas Gerais, não é?

É um prazer enorme para a AngloGold chegar à marca dos 185 anos como uma empresa de mineração na qual estamos desde 1834 quando aqui chegaram os ingleses e fundaram a Saint John Del Rey Mining Company, e iniciando as atividades em Nova Lima. O Brasil era império, e tivemos visita até do imperador da época, D. Pedro II. Desde então, a empresa continua forte. Temos no Brasil perto de 7.000 pessoas que trabalham diretamente para a AngloGold, o que faz com que a empresa tenha um significado grande no setor da mineração, principalmente no de ouro.

Qual é a produção de ouro em Minas Gerais?

No Brasil, no ano passado, produzimos perto de 15,5 toneladas de ouro, sendo que 75% desse montante foi produzido em Minas Gerais.

Esse volume pode crescer neste ano dada a demanda maior do mercado?

A flutuação da produção de ouro depende de vários fatores, mas principalmente, da questão do teor metálico contido no minério, e nossa projeção para este ano é um pouco superior ao que fizemos no ano passado.

Já dá para saber qual foi esse aumento na produção?

Em torno de 3% a 4%.

Temos ainda uma reserva grande de ouro em Minas?

Investimos muito em relação a prospecção, exploração e sondagem. Por isso, temos hoje dentro do nosso plano um volume de recursos e reservas que projetam a gente passar os 200 anos. Temos acima de 15 anos como projeção de continuidade dessas operações.

Para fazer essa pesquisa desse potencial, vocês furaram um buraco muito fundo. Conte essa história para a gente.

A gente faz um trabalho grande de desenvolvimento de mineração e sondagem para ter a capacidade de manter a produção. Recentemente, há dois, três anos, fizemos em Minas o furo mais profundo conhecido em solo brasileiro perto de 2.400 m de profundidade e interceptamos mineralização positiva. Portanto, a expectativa é que nossas minas ampliarão. Hoje, estamos lavrando a 1.300 m de profundidade em relação ao nível de entrada da mina principal que temos. É o local mais profundo que existe hoje no Brasil em que alguém possa alcançar o solo. Devemos ter por volta de 400 a 500 pessoas trabalhando no ambiente do subsolo (neste momento).

Com seis certificações ambientais, recentemente, a AngloGold fechou um contrato com a joalheira Vivara. Isso quer dizer que o ouro produzido pela mineradora não vai mais embora do Brasil?

O que a AngloGold tem é um contrato comercial com a Vivara, e, para nós, é um prazer grande porque exportávamos 100% de nossa produção e, hoje, somos o único fornecedor dessa empresa que tem perto de 234 unidades no Brasil. Quando as pessoas olharem as vitrines da Vivara, poderão ter a certeza e a garantia da rastreabilidade, da qualidade e da certificação da origem do ouro, que é genuinamente nacional.

Em relação à questão das barragens, como é fazer a transição num momento em que vivemos todo o reflexo da tragédia da Vale em Brumadinho, como lidar com isso tudo?

Em Minas Gerais, temos seis barragens 100% a jusante. Não temos nenhuma barragem a montante em Minas Gerais, assim como em qualquer outra área no setor de mineração. Por isso, chegamos a 185 anos. Acredito eu, estamos bastante conectados com o que é definido pela legislação. Portanto, cumprimos o que é definido e buscamos ampliar e antecipar tecnologicamente várias questões. Desde o ano passado, já havíamos tomado a decisão de fazer toda a migração de Minas Gerais para a deposição a seco, e, hoje, já temos instalado um percentual significativo de nossa produção sendo estocado a seco. Em breve, completaremos o ciclo e atingindo 100% de deposição a seco. Nossas barragens, são todas certificadas. Em setembro, houve o processo nacional de certificação através da declaração de coeficiente de segurança de barragens, e todas estão seguras porque foram aprovadas dentro desse processo.

Neste ano, são US\$ 120 milhões, mas a mineração exige um constante investimento. Tem algum investimento maior daqui para a frente?

A atividade de mineração, principalmente a que tem lavra subterrânea, possui uma demanda de capital intensivo muito grande no sentido de fazer com que, à medida que ela aprofunda, maiores investimentos vão ter que acontecer, maiores custos vão ter que acontecer. Isso é inerente ao processo. No caso específico da mina, a gente tem que fazer muita exploração para que se antecipe o conhecimento sobre a forma em que os corpos estão dispostos no ambiente do subsolo, para que a gente faça as galerias de desenvolvimento, os túneis – cada metro de um túnel construído pela AngloGold custa em torno de R\$ 14 mil, R\$ 15 mil o metro desenvolvido para passarem os caminhões e os equipamentos, com sessões em torno de 5 m x 4,5 m de largura. Independentemente de expansão, tem um custo elevado de capital para o próprio desenvolvimento da mina e é por isso que anualmente ela tem investido mais de US\$ 100 milhões para que tenha a capacidade operacional mantida da organização no Brasil.

Está perto de R\$ 400 milhões por ano?

São acima de R\$ 400 milhões investidos anualmente fora o custeio. Temos o orgulho de dizer que temos 95% do nosso custo sendo realizado especificamente no Brasil. Nossas compras atingem 95%. É um índice de nacionalização bastante elevado para uma atividade de mineração que não é a mais forte no Brasil, que é a atividade de mineração subterrânea. Com isso, a AngloGold acredita que contribui de forma significativa para geração de emprego e renda dentro do território nacional.

Fonte: O Tempo

Autora: Helenice Laguardia

Data: 14/11/2019

ATLAS AEROGEOFÍSICOS DE ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE SÃO LANÇADOS PELA CPRM

Os levantamentos aerogeofísicos têm sido fundamentais para o incremento do conhecimento geológico, e para fomentar investimentos do setor mineral. De olho em fomentar o desenvolvimento do setor, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apresentou os atlas aerogeofísicos dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, durante o 28º Simpósio de Geologia do Nordeste, que aconteceu na última semana (de 11 a 15 de novembro), em Sergipe.

Os autores do projeto e palestrantes foram os pesquisadores em geociências Roberto Gusmão de Oliveira, Marília de Araújo Costa Rodrigues, Edilene Pereira da Silva e Geysson de Almeida Lajes. Segundo os pesquisadores, a grande importância dos levantamentos geofísicos consiste na sua capacidade de desvendar a terceira dimensão dos dados geológicos.

“Dessa forma, feições geológicas como corpos, estruturas e depósitos minerais podem ser inferidas em profundidade, através de interpretações e modelagens dos dados geofísicos” acrescentou o pesquisador Roberto Gusmão de Oliveira.

A aquisição de dados aerogeofísicos e sua ampla disponibilização representa uma das principais ações do Serviço Geológico do Brasil. Ao longo das duas últimas décadas, importantes investimentos foram feitos pelo governo federal, através da CPRM, na aquisição de dados aerogeofísicos, tendo sido recoberta uma área de cerca de 3,7 milhões de km², que corresponde a aproximadamente 43% do território nacional continental, e 92% das áreas de escudo cristalino.

Em geral, nestes aerolevantamentos foram obtidos dados magnetométricos e gamaespectrométricos com espaçamento entre as linhas de voo de 500 m, e altura de voo de 100 m. Este grande esforço e investimento financeiro certamente tem contribuído para o aprimoramento do conhecimento geológico e a descoberta de depósitos minerais no Brasil.

Para incrementar a divulgação do conhecimento e a disponibilização dos dados, foi proposto o Projeto Atlas Aerogeofísicos Estaduais, onde dados aerogeofísicos são integrados de acordo com os limites das unidades federativas do Brasil. Esta compartimentação objetiva facilitar a gestão e emprego dos dados, de acordo com a preferência e prioridades dos setores público e privado, e segundo as características geológicas e potencialidades minerais locais.

Todos os produtos elaborados neste projeto estão disponíveis para download no banco de dados corporativo do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, o GeoSGB (<http://geosgb.cprm.gov.br>).

Veja todos os atlas estaduais lançados:

[ATLAS AEROGEOFÍSICO DE ALAGOAS](#)

[ATLAS AEROGEOFÍSICO DA PARAÍBA](#)

[ATLAS AEROGEOFÍSICO DE PERNAMBUCO](#)

[ATLAS AEROGEOFÍSICO DO RIO GRANDE DO NORTE](#)

Fonte: CPRM

Autora: Letícia Peixoto

Data: 18/11/22019

WOLLASTONITA

A MBPAR (Mineração Batalha Participações Ltda) planeja implantar a primeira mina de Wollastonita da América do Sul, que estará localizada no município de Anicuns (GO), a cerca de 120km de Goiânia.

A Wollastonita, por suas características peculiares, além de ser usada como um mineral industrial que melhora o desempenho de vários produtos (como plásticos, tintas e revestimentos, materiais de construção) e de ter aplicações metalúrgicas, é bastante apropriada para uso como filler, devido a sua clivagem de forma acicular ou fibrosa.

Segundo um dos diretores da MBPAR, o geólogo Nassri Bittar, o uso da Wollastonita na agricultura está em franca expansão, “devido ao seu alto pH natural, cerca de 8,5 em solução aquosa, o que ajuda na correção de solos e, principalmente, como fornecedor de sílica solúvel que é absorvida pelas plantas, aumentando sua resistência a pragas e doenças, fortalecendo sua estrutura e melhorando a arquitetura foliar”.

A Wollastonita também está obtendo crescente aceitação como uma fonte de fibras de reforço e de cargas em vários tipos de produtos de fricção como um substituto para materiais mais tradicionais tais como amianto, fibras de vidro cortadas ou moídas, ou materiais sintéticos. As aplicações comuns incluem lixas e componentes de veículos, tais como revestimentos de tambores e pastilhas de freio. “Quando utilizado nestas aplicações, os benefícios que resultam incluem melhores propriedades físicas e mecânicas, redução da susceptibilidade à quebra, redução de ruído, e, em muitos casos, visíveis reduções de custos, diz Bittar.

Ele acrescenta que uma estimativa da produção mundial de minério de Wollastonita sem processamento chega a 520 mil t, sendo China, Índia e México os três maiores produtores. Toda a Wollastonita atualmente consumida no Brasil é importada

Os trabalhos de geologia e sondagem até agora realizados em Anicuns detectaram reservas medidas e indicadas de aproximadamente 34,7 milhões de toneladas, sendo que a área aflorante do minério é de 772 mil metros quadrados, com densidade de 2,76 do minério in situ. Segundo a empresa, a maioria dos furos interceptou mais de 20m de minério com a mineralização estando em aberto no final dos furos.

Fonte: Brasil Mineral

Data:13/11/2019



JANGADA DESCOBRE NOVOS ALVOS EM PROJETO DE VANÁDIO NO CEARÁ

A Jangada Mines anunciou nesta segunda-feira (18) a descoberta de um nova área de mineralização no projeto de vanádio, titânio e ferro Pitombeiras, no Ceará. Segundo a empresa, na nova área, Goela, foram identificados oito alvos de anomalia magnética que serão analisados com trabalhos de exploração adicionais

A companhia iniciará programa de sondagem de 2,5 mil metros, com 30 furos, em janeiro de 2020, com previsão de duração de três meses.

Segundo o presidente da Jangada, Brian McMaster, a descoberta "adiciona uma pegada substancial à perspectiva geral" ao projeto.

"É possível que Pitombeiras e Goela estejam vinculadas e formem um grande depósito. Nossa campanha de sondagem em janeiro de 2020 analisará a possível conexão entre esses dois corpos mineralizados", declarou, acrescentando que a empresa renovou a autorização de pesquisa por três anos.

De acordo com a empresa, a anomalia de Goela, que amplia a área de cobertura da área em potencial, é interpretada como um recurso sub-circular de alta amplitude. Ele mede 370 m x 300 m em uma área de aproximadamente 80 mil metros quadrados e está associado a uma pequena colina com mineralização vanádio-titanomagnetita (VTM).

A anomalia de Pitombeiras representa um conjunto de duas características circulares de alta amplitude, norte e sul, e mede 520m x 380m em uma área de aproximadamente 170 mil metros quadrados.

A companhia informou que o programa de exploração do projeto segue "dentro do cronograma", com a grade de exploração cobrindo toda a propriedade mineral de Pitombeiras com linhas orientadas a N-S, usando um espaçamento de 100m. "Jangada está entrando em uma fase realmente emocionante", concluiu Brian McMaster.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 19/11/2019